

RESENHA

*George Camargo dos Santos**

PLANTINGA, Alvin. **Ciência, religião e naturalismo: Onde está o conflito?** Trad. Marcelo Cipolla. São Paulo: Vida Nova, 2018. 320 p. Edição original: *Where the conflict really lies: Science, religion, and naturalism*. Oxford: Oxford University Press, 2011. xvi + 359 p.

Em 2005, nas denominadas “Preleções Gifford” (Gifford Lectures) realizadas na Universidade de St. Andrews, o filósofo analítico da religião Alvin Plantinga palestrou sobre o tema: “Science and Religion: Conflict or Concord”. Depois de seis anos, a Oxford University Press nos brindou com o livro que contém essa palestra, que recebeu o título *Where the Conflict Really Lies: Science, Religion, and Naturalism*. Depois de treze anos da mencionada palestra, os brasileiros também foram presenteados com a obra na versão portuguesa, *Ciência, Religião e Naturalismo: Onde Está o Conflito?*, pela Edições Vida Nova, com apoio da Associação Kuyper para Estudos Transdisciplinares (AKET), da Templeton World Charity Foundation e da Associação Brasileira de Cristãos na Ciência (ABC²).

Alvin Carl Plantinga (n. 1932) é um filósofo cristão educado na tradição reformada. Trabalhou em três instituições de ensino, a saber: Wayne State University (1958-1963), na cátedra Jellema no Calvin College (1964-1982) e na cadeira de filosofia John A. O’Brien da Universidade de Notre Dame (1982-2010). Foi diretor do Centro de Filosofia da Religião (1982-2010). Aposentou-se em maio de 2010. Em 2017, foi laureado com o Prêmio Templeton pelas contribuições excepcionais em prol da dimensão da vida espiritual. Escreveu uma centena de artigos, desde 1958, para periódicos especializados em estudos filosóficos (i.e. filosofia da religião, metafísica e epistemologia) e dezenas de livros. Nos dias 25 a 30 de agosto de 2011, Plantinga visitou pro-

* Mestre em ciências pelo PEE-COPPE/UFRJ e pela UNIFEI, bacharel em teologia pela EST-Mackenzie/SP e membro da Igreja Presbiteriana do Brasil na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

fissionalmente o Brasil para participar do “Simpósio de Filosofia da Religião, Ontologia e Epistemologia – Diálogo com Alvin Plantinga”, realizado em duas etapas. A primeira etapa ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto na Universidade de Brasília (UnB) com foco nos assuntos de filosofia da religião. A segunda etapa ocorreu nos dias 29 e 30 de agosto na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e enfatizou aspectos epistemológicos. Com essa contribuição ímpar, a meu ver, o “bom testemunho” é sempre a recomendação cristã daqueles que se aproximam do conhecimento de Deus e do ser humano. Sendo assim, apresenta-se a impressão deixada por Plantinga nos ouvintes do evento supramencionado.

Na semana em que visitou o Brasil, deixou uma impressão marcante de sobriedade e rigor na exposição e análise de ideias filosóficas, bem como uma imagem de simpatia e modéstia em sua forma de expressão e convivência. É questão difícil dizer qual dos lados foi mais beneficiado no colóquio, mas por certo é justo saber o que esteve em jogo.¹

O livro é formidável e escrito com senso de humor, o que é atípico em publicações desta natureza. Plantinga também escreve com uma objetividade ímpar. Portanto, na primeira oração do Prefácio já é possível identificar o “argumento principal” do livro:

A tese geral deste livro é: apesar de haver um conflito superficial, há uma convergência profunda entre a ciência e a religião teísta; e, apesar de haver uma convergência superficial, há um conflito profundo entre a ciência e o naturalismo (p. 11).

Ele está estruturado em quatro partes: Alegações de Conflito (capítulos 1-4); Conflitos Superficiais (capítulos 5-6); Convergências (capítulos 7-9) e Conflito Profundo (capítulo 10).

A primeira parte tem quatro capítulos nos quais o autor se propõe a mostrar os “supostos conflitos entre a religião e a ciência” (p. 19-120). Os dois primeiros expõem o debate da “Evolução e crença cristã” com ênfase nos argumentos de Richard Dawkins (cap. 1) e de Daniel Dennett, Paul Draper e Philip Kitcher (cap. 2). Todos esses são pensadores que sustentam a tese de uma evolução disteleológica ou ateísta, isto é, que não há nenhum agente inteligente guiando o processo. Os dois últimos capítulos expõem duas perspectivas sobre a intervenção divina: “a antiga” de Newton e de Laplace (cap. 3) e “a nova” da mecânica quântica (cap. 4).

¹ Palavras proferidas pelo Prof. Roberto Hofmeister Pich. Cf. PICH, Roberto H. “Apresentação e uma nota sobre Alvin Plantinga”. *Veritas*, v. 56, n. 2, maio-ago. 2011, p. 6.

No terceiro capítulo, Plantinga defende que o Deus cristão é pessoal, onipotente, onisciente, completamente bom, criou e *conserva* o mundo e governa de forma que nada acontece por mero acaso (p. 71-73). Além disso, defende que no governo do Deus cristão há regularidade e previsibilidade, bem como casos de ações especiais como os milagres. “Em suma, Deus regularmente causa acontecimentos no mundo. Esse tipo de ação divina vai além da criação e da conservação; podemos concebê-las como uma ação divina *particular*” (p. 74).

Teólogos como Langdon Gilkey (1919-2004), Rudolf Bultmann (1884-1976) e John Macquarrie (1919-2007) entendiam que “Deus criou o mundo e trabalha, em um plano geral, para preservá-lo e sustentá-lo”, mas têm problemas com a ação particular de Deus no que diz respeito aos milagres e à intervenção divina no mundo (p. 76). Desse modo, “segundo Bultmann, um milagre por Deus ou qualquer outra ação divina particular seria uma ‘interferência’ de Deus no mundo; e isso, diz, não pode acontecer” (p. 76-77).

Com precisão cirúrgica, Plantinga nos apresenta a alegação do conflito: “a incompatibilidade com a ciência moderna, a qual, na concepção deles demonstra ou talvez pressuponha que Deus não age dessa maneira” (p. 77). Nesse contexto, Plantinga mostra que o suposto conflito entre a “ciência clássica” e o teísmo cristão reside em duas abordagens: (1) a perspectiva newtoniana – com sua visão mecanicista de mundo para um determinado sistema fechado sem influência causal exterior e (2) a perspectiva laplaciana – a abordagem newtoniana com um “determinismo acrescido do *fecho causal do universo físico*” (p. 87) ilustrado pelo tal “demônio de Laplace”. Dois *insights* de Plantinga acerca das perspectivas newtoniana e laplaciana, respectivamente, podem ser mencionados:

Milagres costumam ser considerados problemáticos porque se entende que Deus, para fazer um milagre, tem que “violá-lo”, ab-rogar, suspender, ir contra uma lei natural. No entanto, considerando essa concepção de lei da natureza, a realização de um milagre por Deus não envolve de forma alguma a violação, de uma lei natural porque, evidentemente, qualquer ocasião em que Deus faça um milagre é uma ocasião em que o universo não é causalmente fechado; e as leis da natureza nada dizem sobre o que acontece quando o universo não é causalmente fechado. Considerando essa concepção, com efeito, nem sequer é possível que Deus viole uma lei da natureza. Para violar uma lei, ele teria de agir particularmente no mundo; toda vez que ele age particularmente no mundo, no entanto, o universo não está causalmente fechado; logo, nenhuma lei natural se aplica à circunstância em questão e, assim, nenhuma lei é violada (p. 85).

A perspectiva de Laplace só é exata se o universo é fechado, ou seja, se Deus não age particularmente no mundo. Podemos conceber a perspectiva laplaciana como a perspectiva newtoniana acrescida do fecho. Está claro que essa perspectiva laplaciana é que molda o pensamento de Bultmann, Macquarrie, Gilkey et al. Há uma ironia interessante. Esses teólogos, embora tenham a pretensão de

ser considerados pensadores com mentalidade científica e progressista (quem gostaria de ser considerado anticientífico e obsoleto?) nos recomendam uma compreensão da ciência clássica que vai muito além do que a ciência clássica efetivamente propõe (e, como vemos no capítulo seguinte, também nos recomendam uma visão de mundo que, do ponto de vista científico, está atrasada em muitas décadas) (p. 90).

No quarto capítulo, “Uma perspectiva nova” (p. 93-120), encontramos um terreno muito escorregadio – ou seja, o mundo do *indeterminado*, que faz tantos pensadores (teólogos inclusive!) afundarem em nome de uma paixão pela “erudição científica contemporânea”. Plantinga apresenta o “*Divine Action Project*” (DAP), formado por cientistas, teólogos e filósofos como Ian Graeme Barbour (1923-2003), John Charlton Polkinghorne (1930-), Arthur Robert Peacocke (1924-2006), Robert John Russell (1946-), Nancy Murphy (1951-) e Philip Clayton (1956-), que rejeitam a intervenção divina (p. 98). Vale a pena registrar duas considerações sobre o quarto capítulo. A primeira é a possível dificuldade do leitor ao se defrontar com expressões utilizadas para um público especializado, como, por exemplo: “interpretação de Copenhagen”, “equação de Schrödinger”, “teoria quântica de Ghirardi-Rimini-Weber (GRW)”, “teorias do colapso espontâneo” e outras, além de haver espaço nesta obra para a criação de uma nova expressão: “causalidade divina dos colapsos (CDC)”. A segunda é um alerta. É importante registrar que é ousada (ou infeliz!) a afirmação sobre a ciência clássica como “ciência obsoleta” (p. 97) frente à nova perspectiva (e.g., a mecânica quântica e a relatividade). Por quê? Porque até a presente data ainda se projetam prédios, navios, aviões, máquinas elétricas e mecânicas e até armas com essa ciência obsoleta! Às vezes, são lançados foguetes ou satélites artificiais no espaço e, dessa feita, é necessário de fato *complementar* a nossa ciência com uma “nova perspectiva”.

Na segunda parte, há dois capítulos com foco nos denominados “conflitos superficiais” (p. 123-173). Plantinga expõe algumas ideias da psicologia evolucionista e da crítica histórica bíblica (CHB) no quinto capítulo e no sexto argumenta que essas disciplinas “não oferecem, nem de longe, anuladores da crença cristã ou teísta” (p. 124).

Na terceira parte, há três capítulos enfatizando a “convergência” (p. 177-268) entre a ciência e a crença cristã. Trata-se, nesta terceira parte, de saber se a ciência *apoia* a crença teísta e se há algum motivo para *aceitar* a crença teísta. Os dois primeiros capítulos desta parte são focados em dois argumentos a favor de um *design* inteligente. O capítulo 7 – “O ajuste fino” – apresenta esse argumento sustentado pela física e pela astronomia a favor do teísmo e relacionado às descobertas científicas da estrutura do Universo.

Esse capítulo ecoa uma reflexão inquietante: “Por que algo existe no lugar do nada?” E se a força da gravidade ou a energia nuclear fraca e a forte fossem minimamente diferentes, poder-se-ia falar de vida terrestre? Plantinga expõe

os argumentos em prol de um ajuste fino nas *leis da natureza*, nas *constantess cosmológicas* e nas *condições iniciais do universo*, mostrando como esse ajuste garante a vasta complexidade da vida no universo e aponta para a existência de um Deus criador e providente (hipótese teísta) no lugar do mero acaso (hipótese ateísta). Plantinga conclui que, “considerando o teísmo, o ajuste fino não é nem um pouco improvável; considerando o ateísmo, é improvável; logo, deve-se preferir o teísmo ao ateísmo” (p. 182).

O capítulo 8 – “O discurso do *design*” – apresenta o argumento apoiado na biologia a favor do teísmo, argumento que envolve a natureza e o caráter dos seres vivos existentes em nosso mundo. Nesse capítulo, Plantinga menciona a famigerada obra de Michael Behe *A Caixa Preta de Darwin*. O argumento repousa nas estruturas moleculares denominadas por Behe de “irredutivelmente complexas”, ou seja, “um sistema único composto de várias partes que se encaixam perfeitamente, interagindo para contribuir para a função principal, e se qualquer uma delas for removida, fará com que o sistema efetivamente deixe de funcionar” (p. 203). É oportuno notar que a ideia de “complexidade irredutível – (CI)” se opõe ao evolucionismo disteleológico ou ateísta (cuja base é naturalista!). Segundo Plantinga, “tais sistemas [CI] opõem ao darwinismo (não dirigido) um desafio que Behe denomina ‘liliputiano’” (p. 204). Aqui surgem algumas reflexões. Será que o evolucionismo teísta e o evolucionismo deísta, quando apoiados no conceito de variação genética aleatória (dada uma seleção natural), não estariam em oposição também à ideia de “complexidade irredutível”? “Será que a objeção feita pela “complexidade irredutível” é ao evolucionismo não dirigido (i.e., ao naturalismo metodológico) ou à variação genética aleatória (i.e., a seleção natural dos pensadores darwinistas)?” Talvez o nome do livro de Behe nos dê alguma pista! Plantinga não se ausenta desse debate e declara:

Behe não demonstrou que há sistemas irredutivelmente complexos tais que seja impossível ou mesmo monumentalmente improvável haverem evoluído de modo darwiniano, embora tenha certamente apresentado aos darwinianos um desafio altamente significativo (p. 208).

Enfim, Plantinga conclui este oitavo capítulo da seguinte maneira,

No conjunto, então, os discursos de *design* de Behe não constituem argumentos irrefutáveis a favor do teísmo, nem mesmo a favor da proposição de que as estruturas por ele consideradas foram objeto de um projeto consciente. Entendidos não como argumentos, mas como discursos de *design*, eles são mais bem-sucedidos. Apresentam-nos situações epistêmicas diante das quais a reação racional é uma crença no *design* que não está sujeita a nenhum anulador forte. A conclusão correta a se tirar, a meu ver, é que os discursos de *design* de Behe apoiam o teísmo, embora não seja fácil determinar o grau desse apoio. Admito

que essa conclusão não tem grande substância. Mas então, não posso dizer algo mais definido, mais empolgante? Eu bem que gostaria, mas minha tarefa aqui é declarar a verdade nua e crua, por menos empolgante que seja. Essa obrigação às vezes nos impede de contar uma boa história, mas o que posso fazer? Assim é a vida dos filósofos. É como diz o ditado: as coisas são como são (p. 235).

No capítulo 9, Plantinga apresenta o argumento de uma “convergência profunda”, que se resume nas palavras do físico e filósofo alemão Carl Friedrich von Weizsäcker (1912-2007): “Nesse sentido, digo que a ciência moderna é um legado do cristianismo” (p. 238). Plantinga oferece sete pontos a fim de manifestar o apoio da ciência à crença teísta. Esses pontos são: “a ciência e a imagem divina” (p. 237-242); “confiabilidade e regularidade” (p. 242-245); “a lei” (p. 245-252); “a matemática” (p. 252-255); “indução e aprendizado pela experiência” (p. 258-262); “a simplicidade e outras virtudes teóricas” (p. 262-265) e “a contingência e a ciência como atividade empírica” (p. 265-268). Neste capítulo encontramos um alinhamento entre uma ciência bem-sucedida e a compatibilidade entre nossas faculdades cognitivas; o alto grau de regularidade e previsibilidade; as leis e suas necessidades; a abstração matemática (o naturalismo é abstrato?); a indução e aprendizado pela experiência; as teorias com simplicidade e beleza e, por último, um forte elemento de empirismo. Estes atributos estão alinhados com crenças teístas como a doutrina da *imago Dei*, criação e providência, e desalinhadas com uma cosmovisão naturalista.

Na quarta e última parte, Plantinga mostra o “conflito profundo” (p. 271-306) entre a ciência e o naturalismo. “O que eu [Plantinga] vou argumentar é que o naturalismo conflita com a evolução, que é um pilar central da ciência contemporânea” (p. 273). Para isso, foi reservado o décimo capítulo – “O argumento evolucionista contra o naturalismo” (p. 271-306), também conhecido pela sigla em português “AECN” e em inglês “EAAN” (*Evolutionary Argument Against Naturalism*). Nesse momento, é interessante constatar que o AECN foi apresentado pela primeira vez em 1991 no artigo “*An evolutionary argument against naturalism*” e, em 1993, a primeira versão do AECN foi disseminada no segundo livro da trilogia “*warrant*”, ou seja, *Warrant Proper Function*. Em 2002, James Beilby editou uma coletânea de artigos onde apareceria a segunda versão do AECN e onze réplicas ao AECN. Esse esforço resultou na publicação da obra *Naturalism Defeated?*² Além disso, uma terceira versão foi apresentada em 2008 como resultado do debate de Plantinga com Tooley

² O livro editado por James Beilby contou com um artigo inicial e uma réplica de Plantinga aos onze colaboradores. As objeções foram agrupadas em quatro partes: “Ciência e Evolução”; “Ceticismo”; “Probabilidades Condicionais e Teoria da Confirmação” e “A Natureza da Anulação Epistêmica”. Os onze colaboradores foram: (1) William P. Alston, (2) Michael Bergmann, (3) Evan Fales, (4) Jerry Fodor, (5) Trenton Merricks, (6) Timothy O’Connor, (7) Richard Otte, (8) William Ramsey, (9) Ernest Sosa, (10) W. J. Talbott e (11) James Van Cleve.

no livro *Knowledge of God*. Neste livro, Plantinga já nos oferece uma terceira versão do AECN. Já em 2011, tem-se a quarta versão do AECN na obra *Where the Conflict Really Lies*, ou seja, na obra desta resenha. Então, apresenta-se o AECN deste livro:

Premissa 1 [Dúvida de Darwin] – P(C/N&E) é baixa;

Premissa 2 – Qualquer pessoa que aceita (i.e. acredita em) N&E e vê que P(C/N&E) é baixa tem um anulador para C;

Premissa 3 – Qualquer pessoa que tenha um anulador para C tem um anulador para qualquer outra crença que ela pensa que tem, inclusive N&E;

Premissa 4 – Se alguém que aceita N&E adquire um anulador para N&E, N&E é auto-anulador e não pode ser racionalmente aceito.

Conclusão – N&E não pode ser racionalmente aceito

Aqui “P” é a probabilidade, “C” é a confiabilidade de nossas faculdades cognitivas; “N” é o Naturalismo; “E” é a Teoria da Evolução Biológica e “&” é o operador de conjunção da lógica clássica. Logo, percebe-se que o argumento mencionado por Plantinga não é um jogo para amadores! Para quem gosta de se aventurar em lógica, as críticas ao AECN podem ser agrupadas em cinco objeções: (1) crítica contra a primeira premissa; (2) crítica contra a segunda premissa; (3) crítica contra a terceira premissa; (4) o problema da *condicionalização*³ e (5) argumentos *tu quoque*.⁴ A todas essas objeções, Plantinga responde sem desafinar.

Recomendo o livro e creio que seria muito interessante se grupos cristãos estudassem os argumentos e os detalhes levantados nesta obra a fim de “[1] dar bom testemunho; [2] promover a teologia pública, ou seja, a integração entre igreja, academia e sociedade e [3] fomentar o ensino e a divulgação científica de forma contextualizada ao Universo da fé” (p. 10) – interesses estes da ABC², que eu parabeno pelo empenho em entregar essa excelente tradução ao público brasileiro.

³ O problema da *condicionalização* é a tarefa de determinar quais variáveis devem ser levadas em consideração no cálculo das probabilidades. Para esse tema, sugerem-se os artigos: GINET, Carl. “Comments on Plantinga’s Two-Volume Work Warrant”. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 55, n. 2, jun. 1995, p. 403-408; O’CONNOR, Timothy. “A house divided against itself cannot stand”. In: BEILBY (2002, p. 129-134); FITELSON, Branden; SOBER, Elliot. “Plantinga’s probability argument against evolutionary naturalism”. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 79, jun. 1998, p. 115-129; TALBOTT, W. J. “The Illusion of Defeat”. In: BEILBY, 2002, p. 153-164; CHUCHLAND, Paul. “Is evolutionary naturalism epistemically self-defeating?” *Philo*, v. 12, n. 2, 2009, p. 135-141.

⁴ A expressão latina “*tu quoque*” é atribuída a Júlio César na famosa declaração: “*tu quoque, Brute, fili mi?*” [“Até tu, Brutus, meu filho?”]. No contexto desta resenha, os argumentos do tipo *tu quoque* são empregados contra o próprio teísta utilizando o AECN. Ver: RAMSEY, William. “Naturalism defended”. In: BEILBY, 2002, p. 15-29; FALES, Evan. “Darwin doubt, Calvin’s calvary”. In: BEILBY, 2002, p. 43-58; VAN CLEVE, James. “Can atheists know anything?”. In: BEILBY, 2002, p. 103-125; CHILDERS, Geoff. “What’s wrong with the evolutionary argument against naturalism?” *International Journal for Philosophy of Religion*, v. 69, n. 3, 2011, p. 193-204.

